
O DISCURSO CIENTÍFICO: IMPLICAÇÕES ENTRE ANCORAGEM SOCIAL, ARGUMENTAÇÃO E REALIZAÇÃO TEXTUAL

Francisca Tarciclê P. Rodrigues¹

Doutora em Linguística – UFC
Professora de Português do IFCE
Membro do Grupo de Pesquisa Protexto – UFC

Mônica Magalhães Cavalcante²

Doutora em Linguística – UFPE
Professora do Programa de Pós-graduação em Linguística – UFC
Líder do Grupo de Pesquisa Protexto – UFC

RESUMO: Este trabalho, que dá sequência às constatações de Rodrigues (2017) em sua tese, tem o objetivo de tecer ponderações sobre o discurso científico que tem dominância em muitos gêneros formais acadêmicos, principalmente no artigo científico. À luz do contrato de comunicação, proposto pela semiolinguística; da análise da argumentação nos discursos; e dos pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Textual, refletimos sobre as regularidades e particularidades da modalidade argumentativa demonstrativa, ilustrando isso com o contexto interacional em que são produzidos e consumidos os artigos científicos.

Palavras-chave: Discurso científico. Ancoragem social. Argumentação. Realização textual.

Introdução

Este artigo aborda o discurso científico a partir de uma interface teórica entre a teoria semiolinguística, a análise da argumentação nos discursos e a Linguística Textual, utilizando como ilustração o gênero acadêmico artigo científico. O objetivo é defender a tese de que a sua escrita obedece a certas convenções:

- de ordem científica, no que diz respeito às especificidades da área, da disciplina, da teoria a que o estudo desenvolvido pode se filiar;
- de ordem situacional, no que diz respeito ao lugar de publicação, à revista a que é submetido e ao subtipo de gênero;
- de ordem comunicacional, no que diz respeito a quem é projetado como os seus possíveis leitores;

¹ Endereço eletrônico: ttarsicle@yahoo.com.br

² Endereço eletrônico: monicamc02@gmail.com

- e de ordem textual, no que diz respeito às estratégias argumentativas que o locutor mobiliza na negociação com o outro, entre elas os recursos intertextuais de copresença, a consideração de um plano de texto que atenda à sequência textual argumentativa dominante, e o uso de marcações dêiticas de posicionamento.

A argumentação no discurso científico

Todo texto é atravessado por diversos discursos e tem os seus jogos de realização definidos por um contrato de comunicação, no qual a finalidade da situação interativa é determinante.

Quando há dominância de discurso científico, como se dá em alguns gêneros acadêmicos, esse discurso tem uma finalidade demonstrativa, segundo Charaudeau (2008). Nesse sentido, o alcance dessa finalidade se dá por meio da realização de uma argumentação demonstrativa, que consiste em uma atividade de provar, desenvolver os conhecimentos e convencer (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 149), ou seja, de demonstrar uma verdade a partir do emprego de métodos e princípios racionais. Com isso em mente, julgamos ser necessário pensar esse discurso considerando as relações de forças envolvidas nas práticas do domínio discursivo acadêmico.

Como afirma Rajagopalan (1991, p. 12), o discurso científico é produzido por profissionais que exercem uma enorme influência no dia a dia do cidadão comum: “A ciência é hoje a religião do homem moderno, que se considera ‘iluminado’”. Mas, conforme nota o autor, “por detrás da fachada do consenso, da opinião paciente e cautelosamente formada, das conclusões e certezas confiantemente divulgadas [...] descobre-se uma luta sem trégua [...]” (RAJAGOPALAN, 1991, p. 11).

Trata-se de considerar que, no meio acadêmico-científico, a produção do conhecimento científico se dá em meio a um processo de acordos e desacordos. Santos (2008), por exemplo, trata da questão da identidade dos pesquisadores em formação e ressalta que a identidade desses pesquisadores se constitui na tensão, no embate (aproximação-afastamento) com uma imagem ideal de pesquisador, certamente sob a influência das representações que têm da chamada ciência moderna sobre o modelo de pesquisador/cientista.

Isso significa que, assim como no meio acadêmico-científico não se tem uma identidade definida de pesquisador, também não se tem a verdade como resultado de um

estudo científico. O que há é uma verdade validada pelo paradigma científico que norteia o estudo realizado.

Em razão disso, importa ressaltar que a escrita de um texto científico não converge para o estabelecimento da verdade, mas para a demonstração de uma verdade, que pode ou não ser considerada válida segundo o paradigma da comunidade científica (KUHN, 2013). Pela concepção de ciência de Kuhn (2013), os paradigmas podem ser compreendidos como exemplos aceitos na prática científica real (exemplos de teoria, aplicação e instrumentação), que proporcionam modelos e, assim, constituem as tradições coerentes e específicas da pesquisa científica de uma dada comunidade científica.

Em outras palavras, as comunidades científicas orientam as suas investigações com base em teorias recorrentes e quase padronizadas quanto às suas aplicações conceituais, instrumentais e com base na forma tradicional de observação do objeto de estudo, mas, ainda assim, os posicionamentos teóricos assumidos pelos pesquisadores constituem uma evidência de que a prática científica se realiza conforme a formação e as experiências acadêmico-científicas deles.

Isso explica por que os pesquisadores agem científica, discursiva e textualmente orientados pelas práticas de sua comunidade científica e, ao mesmo tempo, pelos próprios interesses acadêmico-científicos.

Para nós, o modo como se dá a prática científica, incluindo-se o próprio discurso científico, seja em função de um paradigma epistemológico, seja em função das contingências sociais, econômicas, políticas, seja em função desse conjunto de coisas, exerce uma influência determinante sobre o seu fortalecimento ou seu redimensionamento, razão por que se desenvolve em textos com uma modalidade de argumentação demonstrativa, “uma tese é apresentada pelo locutor, num discurso monogerido ou poligerido, a um auditório cuja adesão ele quer obter por meio da demonstração razoável, do raciocínio articulado apoiado em provas” (AMOSSY, 2008, p.2).

Pensamos que a modalidade de argumentação demonstrativa funciona no discurso científico como a atividade pela qual os sujeitos pesquisadores podem influenciar a comunidade científica no sentido de fortalecer ou redimensionar o paradigma que orienta ou deve orientar as pesquisas.

Defendemos, por isso, que a argumentação no discurso científico pode tanto refletir quanto fortalecer as lutas que constituem as práticas científicas em relação aos paradigmas a serem seguidos por uma comunidade científica. Mas consideramos

apropriado acrescentar que há outras formas de luta presentes no meio acadêmico-científico, como é o caso da partilha de títulos, os quais atuam como importantes instrumentos de poder determinantes para a construção de subjetividades, conforme destaca Da Silva (2015) sobre a necessidade da conquista de determinados títulos para que o sujeito possa ser legitimado a ingressar no meio profissional acadêmico.

Esses títulos só são possíveis mediante certas comprovações das quais a produção escrita acadêmico-científica é talvez a mais relevante. Do mesmo modo, além da produção, é necessária a publicação acadêmico-científica condicionada a certos critérios de validação. Dito de outro modo, a escrita acadêmico-científica precisa se realizar de modo a atender a critérios, desde os textuais até os situacionais, ou seja, precisa se realizar obedecendo a um contrato de comunicação, conforme prevê a semiolinguística.

A maneira de analisar o discurso na semiolinguística é orientada pela necessidade de distinção proposta por Charaudeau (2002) entre a noção de “fim”, que está ligada à ação, e de “intenção” (visada), que está ligada à linguagem. Assim, os termos “intenção”, “finalidade”, “visada” designam a finalidade e, ao mesmo tempo, a intenção do sujeito falante de produzir um efeito sobre o outro no ato de comunicação, para tentar influenciá-lo. Por isso, a “finalidade da situação de comunicação” também pode ser designada como “visada” - uma condição que requer que todo ato de linguagem seja ordenado em função de um objetivo, ou seja, de uma visada. As principais visadas estão descritas a seguir:

- a visada de “prescrição”: *eu* quer “mandar fazer”, e ele tem autoridade para sancionar; *tu* se encontra em posição, então, de “dever fazer”;

- a visada de “solicitação”: *eu* quer saber, e ele está, portanto, em relação de inferioridade de saber diante do *tu*, mas legitimado em sua demanda; *tu* está em posição de “dever responder” à solicitação;

- a visada de “incitação”: *eu* quer “mandar fazer”, mas, não estando em posição de autoridade, só pode incitar a fazer, ou seja, “fazer [o *tu*] acreditar” (por persuasão ou sedução) que ele será o beneficiário de seu próprio ato. Logo, o *tu* está em posição de “dever acreditar” que, se ele age, é para o seu bem;

- a visada de “informação”: *eu* quer “fazer saber”, e ele está legitimado em sua posição de saber; *tu* se encontra em posição de “dever saber” alguma coisa sobre a existência dos fatos, ou sobre o porquê ou o como de seu surgimento;

- a visada de “instrução”: *eu* quer “fazer saber-fazer”, e ele se encontra em posição de autoridade de saber fazer e de legitimação para transmitir o saber fazer; *tu* se encontra em posição de “dever saber-fazer”, segundo um modelo que é proposto por *eu*;

- a visada de “demonstração”: *eu* quer “estabelecer a verdade e mostrar as provas”, segundo uma certa posição de autoridade (cientista, especialista, *expert*); *tu* está em posição de ter de receber e “ter que avaliar” uma verdade e, então, ter a capacidade de fazê-lo;

- a visada de “*pathos*”: *eu* quer “fazer sentir”, e ele tem os meios para isso; *tu* está em uma posição na qual pode sentir um estado emocional agradável ou desagradável.

As visadas são relacionadas na semiolinguística às situações de comunicação, por isso são pressupostas pela linguística textual como associadas a situações interacionais, nas quais há a dominância de uma ou mais finalidades. Essas visadas envolvem um fim e uma ação. Nas práticas de escrita de um artigo científico, por exemplo, o fim a se alcançar inclui a publicação em um determinado periódico, de preferência bem avaliado pela Capes.

Do ponto de vista comunicacional, para que o fim seja alcançado, o sujeito pode realizar um ato de comunicação, o que, para o artigo científico, por exemplo, supostamente implicaria a realização do discurso científico no texto conforme as regras que a situação de comunicação prevê para o caso em questão. Mas isso somente não basta. Para que a ação realizada possa levar ao fim pretendido, é preciso que o outro sobre quem se pretende agir assim o permita, ou seja, o sujeito falante (ou *locutor*, nos termos da linguística textual) precisa buscar influenciar o outro em seu pensar, em seu crer, em seu agir etc. Por essa razão, o quadro de ação precisa implicar a linguagem mediante uma intenção (visada) do sujeito falante em relação ao outro sujeito da comunicação. A visada está necessariamente relacionada a um projeto de influência para o qual são exigidos invenção e cálculo permanente sobre o outro, sem que se tenha certeza do sucesso.

Em síntese, para a semiolinguística, uma análise, por exemplo, acerca do artigo científico deveria necessariamente concentrar-se sobre a ação que possibilitou a produção do discurso científico e da finalidade que possibilitou a realização deste texto. Seria uma análise motivada pela seguinte questão: qual a influência social pretendida com a produção deste texto? Essa questão, muito cara à semiolinguística, é colocada apenas como subentendida para a linguística textual, cuja análise deve concentrar-se sobre as práticas discursivas que as interações requerem para a organização de um dado texto.

Este trabalho, embora se apoie nos pressupostos charaudianos sobre a noção de contrato de comunicação, de sujeito, de intencionalidade e de busca de influência sobre o outro, traz reflexões importantes sobre a perspectiva teórico-metodológica da Linguística Textual, em interface com a análise argumentativa dos discursos, de Ruth Amossy.

Interessa-nos, na Linguística Textual, analisar o texto como um lugar de estruturação dos usos da linguagem em função das condições de produção nas quais esses usos se manifestam, sempre parcialmente condicionados por sistemas de conhecimento e de crenças aos quais aderem os indivíduos e os grupos sociais. Dessa forma, podemos afirmar que no texto estão implicadas as práticas discursivas dos participantes diretos ou indiretos da interação.

O locutor toma decisões sobre o modo de elaborar seu texto como quem precisa fazer cálculos acerca de como convém proceder na interação e no texto pelo qual ela acontece. Para a elaboração de um artigo científico, por exemplo, ele se interroga sobre quem são seus pares, sobre que possíveis conhecimentos o outro domina, sobre que temas podem ser interessantes para o outro. Além disso, o locutor pondera sobre que conhecimentos precisa compartilhar no artigo, em função do que julga relevante para a argumentação demonstrativa que está desenvolvendo.

Ainda que não aceitemos como equivalentes os termos *texto* e *discurso*, como o faz Charaudeau, concordamos com o autor quando defende que o “discurso/texto” se realiza circunscrito a uma finalidade que lhe é socialmente convencional e, ao mesmo tempo, que é particularmente definida pelo locutor em termos de projeto de fala, por isso somente na análise da convergência ou não dessas finalidades é que se pode descrever analiticamente a influência possível que o texto pode exercer. E, para que a interação aconteça a contento, de modo a possibilitar a influência tencionada, faz-se necessário que os participantes regulem o jogo de influências por meio de estratégias discursivas. Para a análise da argumentação nos discursos, de Ruth Amossy, e para a Linguística Textual, tais estratégias são sempre argumentativas, porque todo texto tem uma dimensão argumentativa, ou seja, é de natureza argumentativa no sentido de que se realiza como tentativa de interação, de orientação, de problematização, de compartilhamento, de negociação de sentidos.

Esses princípios repercutem sobre os modos de dizer do locutor, o que, para a Linguística Textual, envolve não apenas os processos linguísticos, mas também os processos de construção de referentes, de intertextualidade, de padronização das práticas

discursivas dos gêneros, de organização composicional do texto e de gerenciamento dos modos de marcar no texto as heterogeneidades enunciativas.

Assim, a Linguística Textual que temos defendido adota a visão de Amossy (2015) de que a argumentação está inscrita no discurso, por isso dizemos que todo texto se constrói numa negociação persuasiva (no acordo ou no desacordo). A dinâmica dessa negociação é construída pela utilização de estratégias argumentativas, entre as quais destacamos as que concernem à textualização.

A análise da argumentação nos discursos (Amossy, 2017), fundada na retórica (nova e clássica) e na perspectiva dialógica para a explicação dos embates discursivos, defende a tese de que o componente retórico, usado para a tentativa de influência e de negociação está no coração dos discursos. Amossy acredita ser possível observar em todo uso linguageiro uma dimensão argumentativa, mesmo que uma dada interação não apresente uma “visada de persuasão”, proposta por Charaudeau (2016).

Percebemos muito do pensamento charaudiano nas bases da proposta de Amossy, como ela própria o admite. Embora não sejam noções equivalentes, as modalidades argumentativas sugeridas por Amossy parecem ter inspiração nos diferentes tipos de visada de que fala Charaudeau.

Amossy (2015) reitera que, diferentemente da semiolinguística, sua análise da argumentação nos discursos não sobrevaloriza a análise dos possíveis efeitos sociais da tentativa de influência sobre o outro. Importa-lhe examinar como, nas interações, respeitando quadros institucionais diversos, os participantes da comunicação em seus papéis sociais gerem variados pontos de vista. Para a autora, importa mais o fazer argumentativo dos textos nas interações particulares, o que pode se dar sob diferentes modalidades, que não se separam tão discretamente como poderia parecer. Trata-se das modalidades argumentativas *demonstrativa*, *patêmica*, *pedagógica*, *negociada*, *por coconstrução* e *polêmica*.

Dessas modalidades, focalizamos aqui a demonstrativa, definida por Amossy (2008) como aquela em que o locutor buscaria a adesão do(s) interlocutor(es) apresentando uma tese central, escorando-a em argumentos. Entre os gêneros que se elaboram dentro desse tipo de modalidade argumentativa, figuram o artigo de opinião, o debate eleitoral, o editorial e outros. Pensamos que os artigos científicos, as monografias, as dissertações e teses também se inscrevam na modalidade demonstrativa, todavia o modo como o locutor constrói suas estratégias argumentativas, a nosso ver, diverge da maneira como as opiniões são sustentadas em artigos de opinião e editoriais, por exemplo.

Isso nos leva a sugerir que se investigue, em outros trabalhos, como o fazer argumentativo se mostra diversificado em diferentes gêneros até dentro de uma mesma modalidade, como a demonstrativa.

O que importa considerar no planejamento da escrita de um artigo científico

Para elaborar qualquer texto, e sobretudo para escrever um texto que atenda aos padrões do gênero artigo científico, é necessário definir um propósito em torno de um domínio de saber. O propósito guarda estreita relação com a pertinência da delimitação temática e da tese dentro do universo de discurso dominante.

Por atrelar a realização da argumentação à situação de comunicação em que ocorre, Charaudeau (2016) não defende a posição de que a argumentação constitui todos os discursos, ou seja, para o autor, o modo argumentativo não está, necessariamente, relacionado a todo texto: pode haver dominância dos modos narrativo ou descritivo. Embora isso contrarie nossos pressupostos dentro da Linguística Textual, assim como o da análise da argumentação nos discursos, retomamos aqui alguns aspectos importantes apontados pelo autor para a consideração do modo de argumentar em gêneros acadêmicos formais.

Segundo Charaudeau (2016), as situações interacionais cuja finalidade consiste em estabelecer uma verdade correspondem à ordem da demonstração, como se dá com os artigos científicos. O locutor, como sujeito argumentante no artigo científico, levando em conta as instruções da situação de comunicação na qual se encontra, deve se engajar em uma tripla atividade discursiva, fazendo com que o outro (interlocutor único ou auditório) compreenda: 1) de que se trata (para problematizar); 2) qual a posição que ele adota (para posicionar-se); 3) qual é a força de sua argumentação (para provar). Essas três condições estão diretamente relacionadas aos elementos que constituem o dispositivo argumentativo.

Problematizar é uma atividade discursiva que consiste em propor a alguém que é preciso pensar sobre a questão colocada dentro do domínio temático proposto. A problematização só é possível se lhe cabe um questionamento. Posicionar-se é a condição que exige que o sujeito argumentante diga que ponto de vista quer defender. Para isso, ele se engaja em uma tomada de posição, o que o levará, ao mesmo tempo, a se opor a outras. Posicionar-se não significa somente colocar-se em posição de concordância ou de discordância, pois é possível aparentar um tipo de “neutralidade”, como se apenas se

examinassem os diferentes pontos de vista. Provar é a atividade discursiva que serve para justificar a escolha do posicionamento. Com isso, o sujeito argumentante, ou locutor, nos termos da Linguística Textual, pode assegurar a validade de sua tomada de posição e dar ao interlocutor os meios para julgá-lo.

A fim de permitir que o interlocutor seja capaz de aderir à tomada de posição ou de rejeitá-la, o locutor estabelece relações de causalidade entre as asserções e tenta garantir a força da ligação entre elas. Além disso, ele seleciona os argumentos que parecerão pertinentes para validar o seu raciocínio e influenciar o interlocutor quanto à validade de sua argumentação. Esses procedimentos argumentativos ficam muito concentrados, na proposta do autor, a escolhas léxico-semânticas e gramaticais. Para a Linguística Textual, as estratégias argumentativas devem contemplar, além da interação e das convenções do gênero, a heterogeneidade das sequências textuais e dos planos de texto, o gerenciamento do tópico discursivo em relação à tese proposta, a colocação dos processos referenciais em rede, a convocação de processos intertextuais (como citação, paráfrase e alusão) e as marcas de heterogeneidades enunciativas. Todos esses recursos de textualização são fundamentais para a hierarquização dos argumentos de valor, de acordo com o que, no domínio discursivo acadêmico, é considerado como verdadeiro, como ético, como pragmático, e que corresponde a saberes de “conhecimento” e saberes de “crença”.

Em todo texto, são encenados jogos de verdade que envolvem relações de forças próprias das interações humanas. Para Gregolin (2016), a verdade é concebida como uma configuração histórica, assim, não há uma verdade, mas *vontades de verdade* que se transformam de acordo com as contingências históricas. Essa vontade de verdade se apoia sobre um suporte institucional porque é reforçada e reconduzida por todo um conjunto de práticas. É reforçada no sentido de que as instituições definem, valorizam, excluem, evidenciam a vontade de verdade em determinada época, por isso a vontade de verdade implica relações de poder e de saber correlacionadas na produção de discursos pelos quais também se produzem as verdades.

Na concepção foucaultiana, *vontade de verdade* significa considerar a possibilidade de existência de uma verdade entre verdades, ou seja, de uma verdade que, por razões de controle, pode sobressair em relação a outras possíveis verdades. Não devemos, pois, na Academia, presumir a existência de uma única e absoluta verdade que somente a ciência pode produzir, mas sim, de verdades institucionalmente controladas e historicamente produzidas, conforme frisa Gregolin (2016). Em outras palavras, tratar de

“conhecimento científico” implica considerar sob que concepção, no espaço de que campo de saber, no âmbito de que disciplina, sob qual paradigma (KUHN, 2013) e em que momento histórico-social esse saber é reconhecido e valorado. As instituições convivem formando um sistema estratégico em que se travam lutas e relações de poder cujas armas são também os discursos e os textos acadêmicos pelos quais as vontades de verdade são produzidas e compartilhadas.

Creemos que, a despeito das especificidades teóricas de cada um, tanto Charaudeau (2013a, 2013b) quanto Foucault (2011) reconhecem a possibilidade de sobredeterminação e, ao mesmo tempo, de liberdade entre uma dada situação de comunicação, o locutor e os textos que produz em negociação. Isso condiz com a concepção de sujeito com a qual lida a Linguística Textual.

Charaudeau enxerga na liberdade do sujeito falante a possibilidade de ele se insurgir, digamos assim, contra o que lhe é sobredeterminado por intermédio das estratégias discursivas. Amossy (2017) elabora sua teoria da argumentação nos discursos demonstrando não apenas o potencial argumentativo dessas estratégias, mas também como elas acontecem textualmente em diferentes interações.

Entendemos a partir de Charaudeau (2016b) que há algumas situações de comunicação em que a argumentação se realiza para que o sujeito exerça a sua influência sobre o outro e para que se realize aquilo que é esperado na situação, segundo os poderes e os saberes que foram se estabelecendo. Porém, para Amossy (2015), e também para a Linguística Textual, a argumentação não é apenas um dos modos de organização dos textos, mas a própria motivação para que um texto aconteça como evento comunicativo. Por isso, para nós, todo texto tem uma dimensão argumentativa.

Segundo Amossy (2015), dizemos que a Linguística Textual se interessa pela análise dos textos e das interações, examinando as estratégias de negociação persuasiva num contínuo de modalidades argumentativas. Uma dessas modalidades é a demonstrativa, pela qual se guia o discurso científico, organizado de maneira a apresentar uma problematização, um posicionamento e provas. Se essa demonstração será feita pela explicação (relação de causalidade) ou pela compreensão dos fenômenos, somente a situação interacional em que o discurso científico se realiza pode definir.

A situação interacional, na perspectiva da semiolinguística, compreende inclusive a legitimidade do discurso científico, a qual parece ser construída no contexto brasileiro a partir de critérios de produtividade valorados hierarquicamente. Os pesquisadores são classificados de acordo com o tipo de produtividade (Nível de bolsa

PQ/CNPq), com o título acadêmico, com os tipos de publicações (artigos científicos, livros etc.) e com os lugares de publicação de suas produções (periódicos científicos e os fatores de impacto). A compreensão disso pode ser feita analisando-se Motta-Roth et al. (2016), que apresentam, a partir da análise da produção escrita publicada nos currículos lattes de pesquisadores de algumas áreas científicas, determinadas particularidades que permitem compreender como se dá a produtividade da prática de produção científica dessas áreas.

Com análises dessa natureza, é possível identificar as instituições que estão no controle da realização dos textos científicos, como se dá tal controle, o que essas instituições controlam em termos de produção científica, e, assim, também é possível apreender como as relações de poder, de saberes e de vontades de verdade constituintes do discurso científico são atualizadas nos contratos de comunicação considerados para análise.

Análises desse tipo importam para os estudos que se visem considerar o contrato de comunicação que orienta determinadas práticas de produção científica, discursivas e de escrita acadêmica, como o fez Rodrigues (2017) ao se concentrar sobre o estudo da argumentação no discurso científico de pesquisadores da Linguística.

Com caráter exemplificativo, fazemos menção à tese de Rodrigues (2017), na qual se destaca o papel de influência que os órgãos Capes e CNPq, com suas ações e instrumentos de ação, têm sobre a prática acadêmico-científica do Brasil e, assim, exercem uma função determinante também sobre a prática científica da Linguística desenvolvida, sobretudo, nos seus Programas de Pós-graduação.

Considerando-se este estudo, constata-se que o Poder Executivo brasileiro tem um papel determinante sobre a prática científica do país, em especial, por intermédio de órgãos como a Capes e o CNPq, por isso os reconhecemos como instâncias de controle. O CNPq, por exemplo, é institucionalmente caracterizado como parte do compromisso do Governo Federal com a promoção da ciência, da tecnologia e da inovação os quais são considerados elementos centrais do pleno desenvolvimento da nação brasileira.

Conforme análise do regimento interno do CNPq, estabelecido em portaria pelo então Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT, 2002), observou-se que o verbo mais recorrente na descrição das competências desse órgão é “promover”, usado em relação a finalidades como “formação de pesquisadores brasileiros”, “reconhecimento das instituições de pesquisa e pesquisadores brasileiros pela comunidade científica

internacional”, “desenvolvimento de pesquisas científicas voltadas às questões de relevância econômica e social relacionadas às necessidades do País”.

Quanto à Capes, fundação do Ministério da Educação (MEC), ressaltamos que esta tem a sua razão de ser no desenvolvimento dos Programas de Pós-graduação do Brasil, como se lhes atribuísse o compromisso de atingir as suas finalidades, tais como “mudanças exigidas pelo avanço do conhecimento e pelas demandas da sociedade” e “busca de excelência acadêmica para os mestrados e doutorados nacionais”.

O Qualis-Periódicos é descrito como um instrumento da Capes usado como um dos meios para alcançar as finalidades pretendidas por essa Coordenação, para avaliar e classificar a produção científica dos Programas de Pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos. Os critérios de avaliação são definidos de acordo com cada área de avaliação e aprovados pelos consultores especializados do Comitê Técnico-Científico (CTC), que procuram refletir a importância relativa dos periódicos para uma determinada área. Dessa forma, a classificação é feita pelos CTC de cada área de avaliação de acordo com os critérios gerais e específicos disponibilizados nos Documentos de Avaliação de cada área.

Segundo o Relatório de avaliação de área da Linguística de 2013, os critérios de avaliação Qualis-Periódicos são definidos visando fortalecer e consolidar os periódicos da Área de Letras/Linguística e propiciar a progressiva qualificação dos meios de divulgação científica e acadêmica da área. Nesse sentido, são definidos parâmetros gerais e critérios específicos para classificação dos periódicos em estratos: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5, C.

Observamos, assim, em que contexto as produções científicas dos pesquisadores da Linguística, considerados em uma situação específica, são realizadas. O reconhecimento da situação de comunicação, do ponto de vista mais global, em que se dão as produções científicas desses pesquisadores permite, por exemplo, tratar sobre a questão situacional, para poder responder a questões como: a que finalidade esses pesquisadores deveriam atender por meio de suas produções científicas?

Na perspectiva semiolinguística, na teoria da argumentação no discurso e na linguística textual, admite-se o papel sobredeterminante da finalidade da situação de comunicação em que os textos são produzidos.

Assim, com base nas finalidades definidas pela Capes, pelo CNPq e pelo uso do instrumento Qualis-Periódicos, podemos entender que as pesquisas científicas devem se realizar em função da busca pela qualidade das pesquisas. Em outras palavras, esses

órgãos e os seus instrumentos de controle reforçam bastante o interesse pelo alcance da qualidade das pesquisas. No entanto, importa considerar o que pode significar “qualidade” no âmbito de cada área, disciplina, paradigma de pesquisa. A palavra “qualidade” só tem o seu sentido apreendido no contexto de sua realização e, ainda assim, carece às vezes de esclarecimentos específicos. Por exemplo, o que seria uma pesquisa de qualidade nos termos da Capes, do CNPq, do instrumento Qualis-Periódicos? Como não se tem uma definição específica para o que se designa como *qualidade*, o estrato A1 dos periódicos foi considerado como referência do que seria o ideal de qualidade no âmbito da produção e da publicação de artigos científicos da Linguística no Brasil.

Disso entendemos que a finalidade que orienta a produção e a publicação de artigos científicos é a de promoção, de avaliação e reconhecimento ou não da qualidade da pesquisa científica. Logo, interpretamos que, no caso dos pesquisadores da Linguística, a produção e a publicação de artigos científicos são orientadas pela finalidade de promover a almejada qualidade da pesquisa científica, para obter reconhecimento na comunidade científica.

Conforme já dito, a finalidade do discurso científico se caracteriza por uma visada *demonstrativa*, *um querer estabelecer* uma verdade. Para produzir e publicar seus artigos científicos, os pesquisadores da Linguística, no âmbito do estudo tomado como exemplo, devem também considerar as finalidades dos periódicos a que submetem suas pesquisas. A qualidade almejada pressupõe o tema da revista, o campo disciplinar e as identidades de quem está reconhecidamente legitimado para produzir e publicar artigos científicos.

A identidade dos participantes da produção e do consumo dos artigos científicos influencia no “como dizer” do texto, porque o locutor pode operar com um vocabulário mais especializado, pode ser mais conciso nas explicações, mas, ao mesmo tempo, pode se antecipar aos posicionamentos do interlocutor e, assim, ser mais criterioso quanto ao uso de definições, citações e esclarecimentos.

Os padrões idealizados que os pesquisadores têm em vista constam, geralmente, das exigências dos periódicos classificados no estrato A1 do Qualis-Capes e dos critérios de seleção de Produtividade³ em Pesquisa (PQ).

³A classificação, o enquadramento e a progressão do bolsista de Produtividade em Pesquisa, por categoria e nível, devem obedecer aos critérios gerais: produção científica, formação de recursos humanos em nível de Pós-graduação, contribuição científica e tecnológica e para a inovação, coordenação ou participação principal em projetos de pesquisa e participação em atividades editoriais e de gestão científica e administração de instituições e núcleos de excelência e tecnológica. Para ser classificado como bolsista de

Os critérios de avaliação do estrato A1 relacionados aos sujeitos compreendem “preferencialmente doutores, capazes de produzirem artigos de alta qualidade com efetiva contribuição científico-acadêmica para a Área, que publiquem em periódicos com indexação no Brasil e no exterior e em periódicos que sejam referência internacional para a Área”.

A PQ tem a finalidade de fomentar a pesquisa mediante a concessão de bolsas aos pesquisadores que se destacam entre os seus pares, conforme critérios normativos definidos pelo CNPq e outros específicos definidos pelos Comitês de Assessoramento (CAs) desse órgão.

A Linguística, tomada com base no estudo adotado como exemplo neste artigo, parece orientar a produção dos textos dos pesquisadores segundo as seguintes restrições: as instâncias de comunicação, as relações instauradas entre essas instâncias, a finalidade discursiva visada e o domínio temático a ela filiado. Em outras palavras, trata-se de uma situação na qual se relacionam instâncias de comunicação que reconhecemos como institucionais, como a Capes e o CNPq, os Programas de Pós-Graduação, as associações, tal como a Abralin, e as Universidades. Essas instâncias atuam em um processo de interdependência com fazeres e poderes específicos que lhes permitem exercer influência uma sobre as outras.

Quanto à finalidade discursiva da Linguística, observamos que convém a essa área do conhecimento se desenvolver a fim de produzir conhecimentos sobre a linguagem conforme as determinações históricas e epistemológicas em questão. Problematiza-se a linguagem, seja em seu funcionamento, seja naquilo que condiciona esse funcionamento.

Impõe-se aos pesquisadores dessa área uma exigência de legitimação e de produtividade: eles precisam realizar determinadas conquistas relacionadas a publicações, a experiências profissionais e científicas reconhecidas conforme os valores e critérios institucionais.

PQ na categoria 1, o candidato deve comprovar na ocasião da implementação da bolsa o tempo mínimo de oito anos de doutorado. Nessa categoria mais elevada, o candidato pode ser enquadrado em quatro níveis (A, B, C, D), que se diferenciam pela avaliação do Comitê com base nos critérios gerais, e também pela avaliação da inserção nacional e internacional, a partir de palestras e assessorias ministradas *ad hoc* a revistas nacionais e internacionais e de órgãos de financiamento à pesquisa, além do envolvimento em atividades de gestão científica, incluindo a organização de eventos, participação em comitês assessores estaduais ou nacionais, sociedades científicas, revistas científicas, assessoria de órgãos de governo estaduais ou nacionais, e conferências proferidas a convite e/ou plenárias de congressos (BRASIL, 2015). Conforme tabela publicada no DOU de 12/04/2013, Seção 1, página 7, a bolsa destinada a um pesquisador de PQ 1A é de R\$ 1.500,00 mais R\$ 1.300, 00 de adicional de bancada.

Em se tratando do estudo sobre o discurso científico dos pesquisadores da Linguística, nossos dados evidenciaram que os pesquisadores inicialmente investem na problematização dos objetos de estudo, ou seja, na etapa de escolha e de definição de um dado problema de um *tópico central* (SÁ, 2018). Em geral, como primeiro subtópico, são resumidos os esclarecimentos de conceitos, a delimitação do próprio problema e o estabelecimento das linhas gerais do referencial teórico e metodológico de análise.

É essa necessidade, própria da prática científica, de se apresentar um conhecimento *verdadeiro* que leva os pesquisadores a investirem nas provas que devem constituir a argumentação.

Quando o pesquisador afirma “pretendo tratar da”, “a partir da perspectiva...”, “mais especificamente, a partir...”, ele está, ao mesmo tempo, delimitando o tópico central de seu estudo, construindo os processos referenciais que restringem esse posicionamento em relação à sua e não a outra proposta. Poderia tratar de um sem-número de coisas, mas o pesquisador se posiciona sobre a viabilidade de tratar de determinado tema circunscrito na abordagem de determinada teoria e não de outras.

Julgamos importante ressaltar esse aspecto porque a problematização como condição de realização da argumentação, ao mesmo tempo em que cumpre a função de apresentar a delimitação do tópico central, exerce também o papel fundamental de evidenciar retoricamente a singularidade da pesquisa.

Trata-se de uma singularidade que, retoricamente, é realizada com a apresentação da escolha do objeto de pesquisa, do tipo de problematização científica realizada, da abordagem teórico-metodológica adotada, da proposta de interfaces teóricas entre correntes de estudo do campo disciplinar, da fundamentação teórica escolhida, dos posicionamentos teóricos selecionados, ou seja, da decisão particular do pesquisador.

O investimento nessa singularidade pode ser interpretado como o atendimento a uma das condições de cientificidade, que é descrita por Eco (2014) como a necessidade de a pesquisa científica dizer sobre o objeto de estudo algo que ainda não foi dito ou de a pesquisa científica rever sob uma óptica diferente o que já se disse a respeito desse objeto.

As particularidades na realização do texto científico também podem ser observadas na apresentação das provas que constituem a argumentação demonstrativa. Tal como Charaudeau (2011) salienta, a abordagem nas pesquisas em ciências humanas e sociais é dupla: empírico-descritiva e hipotético-dedutiva, o que é comprovado na análise das provas apresentadas nos artigos analisados e apresentados na tese de

Rodrigues (2017). Nesses artigos, constatamos que a interpretação dos dados e, portanto, a apresentação das provas foi toda orientada pela teoria adotada pelos pesquisadores.

O modo de raciocínio dedutivo é dominante nos artigos científicos analisados, o qual recorrentemente se realiza por meio de uma análise empírica e descritiva de um dado *corpus* e com o uso de argumentos considerados tradicionalmente compartilhados pela comunidade científica de pesquisadores da Linguística.

Muitas das estratégias argumentativas utilizadas nos artigos científicos – e no discurso acadêmico em geral – recorrem a processos intertextuais, como citações literais, paráfrases e alusões, ou seja, intertextualidades por copresença de um texto em outro. Além disso, o locutor sempre apela para técnicas argumentativas de definição, de comparação, de comprovação descritiva dos fatos e de ilustração, ou de exemplificação.

Para persuadir, os pesquisadores precisam investir em um rigoroso processo de argumentação em que apresentar exemplos e explicá-los é, ao mesmo tempo, fundamental e funcional. Ao convocar aportes teóricos incomuns na tradição de estudos do campo disciplinar, o uso desse tipo de prova se faz determinante para o alcance do objetivo de pesquisa, porque funciona no discurso como uma espécie de guia que orienta a leitura, que define para o leitor o que é importante e, sobretudo, que envolve o leitor no processo de compreensão dos aspectos teóricos e metodológicos desenvolvidos na pesquisa.

Os argumentos mais recorrentes guardam relação com a finalidade de pesquisa da Linguística, o que se reflete na escolha dos verbos que introduzem e retomando os referentes que concernem ao tópico, recategorizando-os. Assim, é frequente encontrar os seguintes predicados: responder, mostrar, analisar, promover, demonstrar, refletir, contribuir etc. Note-se que esses verbos sinalizam para um paradigma epistemológico interpretativista, o que justifica o uso dos argumentos de citação, de paráfrase, de definição, entre outros.

Identificamos também que, em termos de recorrência, empregam-se os procedimentos enunciativos com o uso de pronomes na primeira pessoa do plural, seguido de casos de pronomes na primeira pessoa do singular e poucos casos de impessoalidade. Os pesquisadores, portanto, se engajam em seu dizer principalmente pelo uso de pronomes e o fazem para marcarem o seu papel na inovação que presumem realizar principalmente quando delimitam os temas de pesquisa.

Apesar da preferência por pronomes de primeira pessoa do plural, observamos uma clara distinção quanto aos efeitos de sentido quando o pesquisador

prefere usar a primeira pessoa do singular (eu) e não a primeira pessoa do plural (nós), que é o caso mais recorrente.

Ao tratar especificamente dos textos científicos, do modo de dizer dos sujeitos falantes, Charaudeau (2013b) explica que o espaço de locução deve ser ocupado pelo dizer do sujeito de modo que ele possa justificar por que tomou a palavra, impor-se como sujeito falante.

Nos artigos analisados, Rodrigues (2017) constatou que o uso da primeira pessoa do plural tem um papel realmente enunciativo de marcar quem fala no texto, é usado com vistas a produzir efeitos de sentido relativos à autoridade que dá legitimidade ao pesquisador em relação ao seu direito de fala e, sobretudo, em relação à inovação que propõe com a problematização científica realizada.

Embora os pesquisadores se encontrem em uma posição de legítima autoridade, porque produziram e publicaram os seus artigos científicos na condição de convidados, a impressão de uma autoridade no uso dos procedimentos enunciativos é considerada discreta. Interpretamos disso também que os pesquisadores talvez reconheçam na própria situação de comunicação a legitimação que a identidade social, de pesquisadores experientes, lhes confere. O locutor do artigo científico precisa se apresentar ratificando o seu direito de dizer; trata-se de um “quem sou”, que me autoriza a tomar a palavra.

Como se trata de um texto *monogerido* (AMOSSY, 2017), o próprio locutor gere os dizeres dos teóricos a quem cita e parafraseia, fazendo-os atender a seu projeto de dizer, captando a mesma posição teórica e subvertendo-a. Para isso, precisa ter ciência do jogo de expectativas que reconhece em relação à situação de comunicação, ao seu interlocutor, à identidade que reconhece de si e à que pressupõe ser a do outro, aos conhecimentos que pressupõe serem comuns etc.

No caso dos gêneros acadêmicos formais, não costuma haver marcas dêiticas da implicação do interlocutor no texto, como formas de dêixis pessoal ou social, pelas quais o interlocutor seria interpelado. Assim, conquanto os locutores dos artigos científicos se considerem legitimados em sua identidade social e científica pela situação de comunicação (pois preferem a primeira pessoa do plural), eles pouco se apresentam pela forma dêitica de primeira pessoa do singular e não interpelam o interlocutor por meio das formas dêiticas de segunda pessoa do discurso.

Conclusão

Abordamos, neste artigo, o discurso científico como um discurso de base (CHARAUDEAU, 2016a) que se realiza sob um contrato de comunicação com finalidade demonstrativa, pois tenta estabelecer uma verdade entre várias possíveis, por meio de estratégias argumentativas que evidenciem as provas. Para tanto, é preciso que o locutor tenha em vista a situação de comunicação em que estará implicado o gênero acadêmico que está redigindo, que explicita como tópico central uma problematização (colocação de um questionamento) e que defina a tese em torno da qual vai posicionar-se. Para defender essa tese, o locutor impõe a seu plano de texto (ADAM, 2017) uma organização textual de sequência argumentativa dominante.

Observamos que o engajamento do interlocutor, nos artigos científicos analisados, não se faz pelo emprego de dêiticos pessoais e sociais e que se empregam comumente os pronomes na primeira pessoa do plural, bem menos os pronomes de primeira pessoa do singular e poucos casos de impessoalidade. Os pesquisadores, portanto, se engajam em seu dizer principalmente pelo uso de dêiticos formalizados por pronomes pessoais de primeira pessoa, para marcarem o seu papel na inovação que presumem realizar principalmente quando delimitam os temas de pesquisa.

Apesar da preferência pelo uso de pronomes de primeira pessoa do plural, notamos uma clara distinção quanto aos efeitos de sentido provocados no meio acadêmico quando o pesquisador prefere usar a primeira pessoa do singular, o que parece dar ao locutor uma voz mais autoral e um papel social de autoridade na temática investigada.

Referências

ADAM, J.-Michel. *Texto – tipos e protótipos*. Trad. Mônica M. Cavalcante et al. São Paulo: Contexto, 2017.

AMOSSY, Ruth. *Apologia da polêmica*. Trad. Mônica Magalhães Cavalcante et al. São Paulo: Contexto, 2017.

_____. La place de l'influence et de la persuasion dans l'analyse du discours. In: SOULAGES, J.-C. (Org.) *L'analyse de discours – sa place dans les sciences du langage e de la communication*. (Homage à Patrick Charaudeau) Rennes: Press Universitaires de Rennes, 2015.

_____. As modalidades argumentativas do discurso. In: LARA, Gláucia; MACHADO, Ida; EMEDIATO, Wander (Orgs.). *Análises do discurso hoje*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 231-254. v. 1.

CHARAUDEAU, Patrick. *O discurso entre a ação e a comunicação*. 2002. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/O-discurso-entre-a-acao-e-a.html>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

_____. Diz-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática. *Revista Diadorim/Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, v. 10, dez. 2011.

_____. *Discurso político*. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed., 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2013a.

_____. *Discurso das mídias*. Trad. Angela M. S. Corrêa. 2. ed., 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2013b.

_____. Sobre o discurso científico e sua midiaticização. Trad. Maria Eduarda Giering e Luciana Cavalheiro. *Caleidoscópio*, v. 14, n. 3, p. 550-556, set./dez. 2016a.

_____. A argumentação em uma problemática de influência. Trad. Maria Aparecida Lino Pauliukonis *ReVEL*, edição especial v. 14, n. 12, 2016b. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br/files/82cdc76251f39fa72a9aa561bec1216a.pdf>>. Acesso em: 23 de março de 2019.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Michel. *Dicionário de análise do discurso*. Trad. Fabiana Komesu. 2. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2008.

DA SILVA, Maurício J. Rodrigues. *Habemus doctorem?: considerações sobre processos de subjetivação no campo acadêmico contemporâneo*. Araraquara, 2015. 192 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2015.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. Trad. Gilson Cesar Cardoso de Souza. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

GREGOLIN, Maria do Rosario. *Michel Foucault: uma análise de discursos que remonta à história para retoricar a filosofia*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO (III SEDIAR), 3., 2016 Ilhéus. *Anais...* Ilhéus: Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz, 2016, v. 1, p. 3213-3223.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

Ministério da Ciência e Tecnologia (BR). Portaria nº 816, de 17 de dezembro de 2002. Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 dez 2002; Seção I, pág. 28.

MOTTA-ROTH et al. *Letramentos acadêmicos em comunidades de prática: culturas disciplinares*. *Letras*, n. 52, p. 111, jun. 2016. ISSN 2176-1485. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/25326/14664>>. Acesso em: 21 jun. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.5902/2176148525326>.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Prefácio. In: CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: Educ; Campinas: Pontes, 1991, p. 11-16.

RODRIGUES, F. T. P. *A argumentação no discurso científico de pesquisadores da Linguística*. 2017. 162f. Tese (Doutorado em Linguística) _ Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2017.

SÁ, Kleiane B. de. *Coerência e articulação tópica: uma análise a partir de redações do Enem*. 2018. 260f. Tese (Doutorado em Linguística) _ Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

THE SCIENTIFIC SPEECH: IMPLICATIONS BETWEEN SOCIAL ANCHORAGE, ARGUMENTATION AND TEXTUAL ACHIEVEMENT

Abstract: This work, which follows the findings of Rodrigues (2017) in her PhD thesis, aims to make considerations about the scientific discourse, which dominates many formal academic genres, mainly the scientific paper. In light of the contract of communication, proposed by semiolinguistics; of the analysis of argumentation in discourses; and of the theoretical and methodological postulates of text linguistics, we reflect upon the regularities and peculiarities of the demonstrative-argumentative modality by illustrating them through the interactional context in which scientific papers are produced and consumed.

Keywords: Scientific discourse. Social anchorage. Argumentation. Text realization.

Envio: julho/2019

Aceito para publicação: agosto/2019